

Brasil começa 2021 com mais miseráveis que há uma década

Total da população na pobreza extrema chega a quase 27 milhões após fim do auxílio emergencial

Com o fim do auxílio emergencial em dezembro, 2021 começou com um salto na taxa de pobreza extrema.

O Brasil tem hoje mais pessoas na miséria do que antes da pandemia e em relação ao começo da década passada, em 2011 — são quase 27 milhões nessa condição.

Esse número corresponde a 12,8% da população, que passou a viver com menos de R\$ 246 ao mês (R\$ 8,20 ao dia), de acordo com cálculos feitos pela FGV Social a partir de dados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (Pnads) Contínua e Covid-19, do IBGE.

No segundo semestre de 2020, a transferência de aproximadamente R\$ 322 bilhões do benefício governamental a cerca de 55 milhões de brasileiros ajudou a derrubar a pobreza extrema, em agosto, para 4,5% (9,4 milhões de pessoas) — o menor nível da série histórica.

No geral, os jovens, os sem escolaridade, os nordestinos e os negros foram os grupos que mais perderam renda do trabalho na pandemia.

Atualmente, em torno de 35% dos jovens do país não trabalham nem estudam — os chamados “nem nem” eram 25% no fim de 2014.

Algumas consultorias e bancos já começam a rever previsões de crescimento para este ano. Um limitador da recuperação econômica pela via do consumo das famílias — responsável por 65% do PIB — é o aumento da inflação, especialmente para os mais vulneráveis. Mercado A15

Brasil começa 2021 com mais miseráveis que há uma década

Com fim do auxílio emergencial, total de pobres dispara e supera o de 2019

Fernando Canzian

SÃO PAULO Com o fim do auxílio emergencial em dezembro, 2021 começou com um salto na taxa de pobreza extrema no Brasil. O país tem hoje mais pessoas na miséria do que antes da pandemia e em relação ao começo da década passada, em 2011.

Neste janeiro, 12,8% dos brasileiros passaram a viver com menos de R\$ 246 ao mês (R\$ 8,20 ao dia), linha de pobreza extrema calculada pela FGV Social a partir de dados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (Pnads) Contínua e Covid-19.

No total, segundo projeção da FGV Social, quase 27 milhões de pessoas estão nessa condição neste começo de ano —mais que a população da Austrália.

Trata-se de um aumento significativo na comparação com o segundo semestre de 2020, quando o pagamento do auxílio emergencial a cerca de 55 milhões de brasileiros chegou a derrubar a pobreza extrema, em agosto, para 4,5% (9,4 milhões de pessoas) —o menor nível da série histórica.

A taxa neste começo de década é maior que a do início da anterior (12,4%) e que a de 2019 (11%).

O efeito negativo da pande-

mia sobre a renda dos mais pobres já tenderia a ser prolongado levando-se em conta a recuperação difícil que o Brasil tem à frente (quase sem espaço no Orçamento público para novas rodadas de auxílio emergencial), o aumento das mortes pela Covid-19 e o atraso no planejamento da vacinação.

O pagamento do auxílio emergencial custou cerca de R\$ 322 bilhões, a maior despesa do Orçamento de Guerra contra a Covid-19.

Com essa e outras medidas emergenciais, em 2020 a dívida pública saltou 15 pontos, atingindo 89,3% como proporção do PIB e R\$ 6,6 trilhões —ambos recordes que levaram à deterioração no perfil de refinanciamento.

Mas, além do aumento da pobreza no presente, a pandemia deve impor perdas futuras de renda aos mais jovens, sobretudo os pobres, que acabaram perdendo boa parte do ano escolar de 2020.

Em média, cada ano de ensino a mais chega a representar ganho de 15% no salário futuro; e 8% mais chance de conseguir um emprego.

Em 2020, no entanto, os alunos da rede pública tiveram a

metade das atividades em relação a anos normais, segundo dados da FGV Social e das Pnads. A redução nas escolas privadas foi bem menor —o que implicará em aumento, nos próximos anos, da desigualdade entre ricos e pobres.

O aprofundamento das disparidades também se dará regionalmente. Na rica Santa Catarina, por exemplo, só 2% dos alunos de escolas públicas e privadas deixaram de receber material para atividades em casa na pandemia. No pobre Pará, foram 42%.

No geral, os jovens, os sem escolaridade, os nordestinos e os negros foram os que mais perderam renda do trabalho na pandemia (veja quadro). Hoje, cerca de 35% dos jovens brasileiros nem trabalham nem estudam —os chamados “nem nem” eram 25% no final de 2014.

“É um péssimo começo de década”, resume o economista Marcelo Neri, diretor da FGV Social. “Ao longo dos últimos muitos anos, como um relógio, tivemos aumento nos anos de estudo, com impactos

positivos na renda e na queda da desigualdade. Desta vez, isso foi interrompido.”

Neri lembra que, ao encontrar um mercado de trabalho deprimido nos primeiros anos em que buscaram colocação, os jovens acabam tendo a renda futura muito comprometida.

O aumento da taxa de pobreza complica o cenário. Como os pobres consomem toda a renda que recebem, o fato de um número significativo não estar trabalhando ou ganhando trava a aceleração do crescimento econômico.

Neste momento, a volta da incerteza sobre a plena reabertura da economia afetará sobretudo o setor de serviços, responsável por 2/3 do PIB e onde os pobres mais atuam.

Assim, algumas consultorias e bancos já começam a rever previsões de crescimento para 2021. O Bradesco, por exemplo, cortou de 3,9% para 3,6% a alta estimada do PIB, embora ainda veja como positivos o ciclo de recomposi-

ção de estoques, a poupança precaucional de quem recebeu o auxílio emergencial e alguns sinais de recuperação no mercado de trabalho.

Outro limitador da recuperação pela via do consumo das famílias —responsável por 65% do PIB— é o aumento da inflação, especialmente para os mais vulneráveis.

Em 2020, a inflação para as famílias com renda entre 1 e 2,5 salários mínimos atingiu 6,3%, segundo o IPC-C1 (Índice de Preços ao Consumidor - Classe 1, da FGV). Dentro do índice, os preços dos alimentos dispararam 15,4%.

Segundo cálculos do Diesse (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), o valor da cesta básica em São Paulo em relação ao salário mínimo (R\$ 1.100) é o maior em 15 anos —o que compromete a capacidade de consumo das famílias.

A partir de critérios distintos, o economista Naercio Menezes, do Insper, também

calcula que a taxa de pobreza neste começo de 2021 seja maior que a do fim de 2019.

Assim como Neri, ele prevê que o impacto da falta de aulas durante a pandemia vá ser significativo, capaz de reverter boa parte dos avanços na educação e na renda dos mais pobres nos últimos 20 anos.

Segundo seus cálculos, sem o auxílio emergencial no ano passado, os miseráveis teriam chegado a quase 20% dos brasileiros (42 milhões).

Menezes não acredita, porém, que a pobreza siga aumentando de forma significativa, a não ser que a pandemia exija novamente períodos muito longos de forte distanciamento social.

“A partir de outubro, quando o valor do auxílio foi reduzido de R\$ 600 para R\$ 300, as pessoas voltaram a procurar trabalho remunerado. Mas há risco de isso ser interrompido caso o número de mortes mantenha-se elevado”, diz.

Nos três meses até novem-

bro, que coincidiram com o relaxamento das medidas de distanciamento, a população ocupada cresceu 4,7% e chegou a 85,6 milhões de pessoas, um aumento de 3,9 milhões ante o trimestre anterior.

A ocupação maior deu-se sobretudo na informalidade, onde concentram-se os mais pobres que conseguem algum tipo de trabalho. Os informais representam hoje 39% dos ocupados, mas podem sofrer novamente com a volta da restrição à circulação.

No mercado formal, 2020 surpreendeu e fechou com saldo positivo de 142,7 mil vagas. Daqui para a frente, porém, o principal mecanismo de defesa do emprego com carteira assinada (estabilidade por algum tempo a quem teve salário e jornada reduzidos) perderá a validade.

“O mercado formal reagiu bem até o final do ano, muito em razão das regras mais flexíveis da reforma trabalhista [de 2017], mas a tendência é desacelerar com a piora da pandemia”, diz José Márcio Camargo, economista da PUC-Rio.

Em sua opinião, os próximos meses serão críticos, marcados por duas correntes contrárias: de um lado, o vírus mais transmissível exigindo distanciamento; de outro, a ampliação da vacinação.

“O certo é que o Brasil e o mundo sairão disso mais desiguais. Empresas e trabalhadores mais produtivos e com reservas sairão na frente. E, infelizmente, não se resolve um problema de desigualdade dessa magnitude apenas com políticas de transferência de renda.”

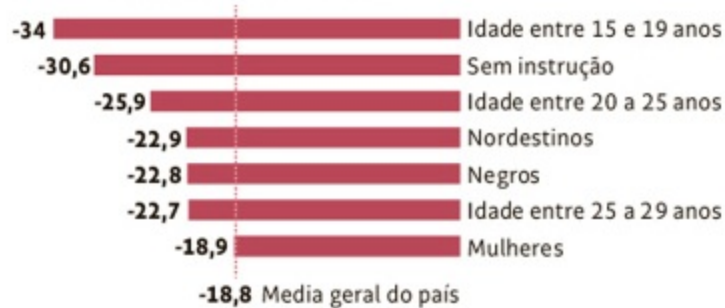
Taxa de pobreza aumenta

Total de miseráveis sobe com a Covid-19

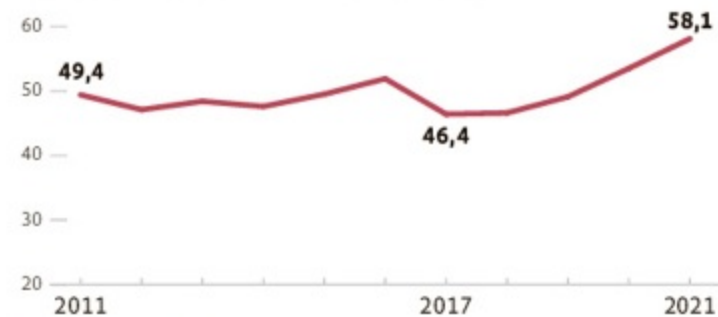
Vivem com menos de R\$ 246 ao mês, em %

**Quem perdeu mais na pandemia**

Queda na renda individual do trabalho*, em %

**Cesta básica corrói salário mínimo**

Proporção do preço sobre o rendimento em São Paulo, em %



*1º.tri. 2020/3º.tri. 2020

Fontes: FGV Social com microdados da Pnad Contínua Anual, Pnad Covid/IBGE e Dieese



Moradores de rua diante do Pateo do Collegio, no centro de SP Marlene Bergamo - 21.jun.19/Folhapress